



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

ATA Nº. 05/2012

PROCESSO nº. 055/2012

LICITAÇÃO nº. 026/2012 – Pregão Eletrônico

VALIDADE: até 25/04/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 25 dias do mês de abril de 2012, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 45.902 de 28.01.2012, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços da empresa abaixo identificada, a seguir denominada simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE 1 – AKER CONSULTORIA E INFOMÁTICA LTDA, com sede na SHCGN 710/711, Bloco E, loja 53, Asa Norte, em Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.919.316/0001-44, neste ato representada por seu Sócio, Sr. Marcos José Sarres de Almeida, residente na SHIS QI 28, Conjunto 01, Casa 09, Lago Sul, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 1.256.487, SSP/DF, CPF nº 477.739.011-04 e por seu Diretor Administrativo, Marcelo Cunha Chaves, residente no Condomínio Sam Diego, Rua 5, Casa 137, Lago Sul, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 627.602, SSP/DF, CPF nº 224.687.221-91.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Registro de preços para futuro e eventual fornecimento de elementos de conectividade de rede para compor a estrutura do cinturão digital do TJMG, LOTE 02 incluindo a prestação de serviços de instalação, configuração e customização dos mesmos, bem como serviços especializados de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, durante o período de garantia, conforme descrição e especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste edital – **Ata 05/2012** e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 026/2012 – Pregão Eletrônico**.

1.1. Este instrumento não obriga o TRIBUNAL a adquirir o (s) objeto (s) nele registrado (s) nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedor registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O TRIBUNAL fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **45(quarenta e cinco) dias corridos**.

6.1. Caso seja constatada qualquer irregularidade ou defeito que implique em manutenção ou troca do mesmo, este deverá ser retirado e recolocado nas dependências do Tribunal no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.2. Prazo de instalação: em até 30 (trinta) dias após a ordem de início, que será agendada logo após a assinatura do contrato em reunião com a área de TI do TJMG e o efetivo recebimento do equipamento.

6.2.1. A instalação e configuração dos equipamentos e softwares serão de responsabilidade do Fornecedor/Contratada, que encaminhará profissionais devidamente credenciados para realizar toda a configuração dos equipamentos.

6.2.2. Local para entrega e instalação: Os materiais deverão ser entregues e instalados nos seguintes locais: Fórum Lafayette - Av. Augusto de Lima, 1549 – Bairro Barro Preto – CEP - 30190-002 - Belo Horizonte – MG; Centro Operacional - Av. do Contorno, 629 – Bairro Floresta – CEP - 30110-911 - Belo Horizonte – MG; Anexo I - Rua Goiás, 299 – Centro – CEP - 30190-030 - Belo Horizonte – MG; Unidade Raja Gabaglia - Av. Raja Gabaglia, 1.725 – Bairro Luxemburgo – CEP - 30380-457 - Belo Horizonte – MG; Unidade Camargos - Rua Sócrates Alvim, 10 – Bairro Camargos – CEP - 30520-140 - Belo Horizonte – MG.

6.3. O fornecedor deverá agendar as entregas e instalação dos materiais na Gerência de Infraestrutura Tecnológica - GETEC - através dos telefones (31)3237-6381, com Sr. Denilson dos Santos Rodrigues.

6.4. Treinamento: conforme estabelecido no Termo de Referência e Minuta de Contrato.

6.5. Garantia e Assistência Técnica: conforme estabelecido no Termo de Referência e Minuta de Contrato.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso I da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.2. O objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente para efeito de posterior instalação e verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência.

b) Definitivamente, em no máximo **90 (noventa) dias** contados a partir do recebimento provisório e verificação da qualidade e conformidade dos componentes disponibilizados e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, declarando a conclusão satisfatória do objeto, para a efetivação do pagamento.

7.3. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por 02 (dois) servidores da GETEC.

7.4. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, sendo fixado à CONTRATADA prazo para execução do serviço rejeitado, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

7.5. Caso a execução do objeto não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo estabelecido e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. A Ata poderá sofrer alterações obedecidas as disposições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 17 do Decreto Estadual nº 44.787/08;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará do Contrato e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Gerência de Infraestrutura Tecnológica – GETEC, situada na Av. do Contorno, 629, 2º andar, Bairro Floresta, Belo Horizonte – MG, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.3. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

9.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.4.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.5. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.6. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- quando o fornecedor não assinar o Contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou instrumento equivalente, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar o Contrato ou instrumento equivalente, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;

apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar o Contrato ou instrumento equivalente decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

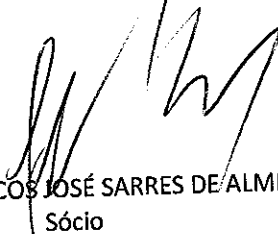
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.
E, por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2012.

Pelo Tribunal:


Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente


Pelo Fornecedor:


MARCOS JOSÉ SARRES DE ALMEIDA
Sócio


MARCELO CUNHA CHAVES

Testemunhas:


Maria Luiza Vieira Pinto
TJ1804-4


Raíssa Andreoli
TJ 3788-7



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDOR (a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 05/2012)

LOTE	TIPO DE EQUIPAMENTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	MARCA/MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
2	Segurança	Appliance de Segurança UTM//Firewall grande porte	4	UN	AKER/Aker Firewall Box 10021	213.750,00	Aker Consultoria e Informática Ltda

Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Ouro Fino.	Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Ouro Fino. Dispensando: Jacqueline de Souza Toledo e Dutra, 2ª JD da UJESP de Pouso Alegre.
Thaís Maria Vinci de Mendonça Chaves, JD 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de São Gonçalo do Sapucaí.	Luiz Fernando Rennó Matos, JD UJESP de Itajubá. Dispensando: Luciene Cristina Marassi Cagnin, JD 1ª Vara Cível de Itajubá.
José Dimas Rocha Martins Guerra, JD 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de São Gonçalo do Sapucaí. Fica sem efeito a publicação de 24.04.12.	Dispensando: Luciene Cristina Marassi Cagnin, JD 1ª Vara Cível de Itajubá.
Gislene Martins Meutzner, JDS que responde por Pedralva.	Luiz Fernando Rennó Matos, JD UJESP de Itajubá. Dispensando: Selmo Sila de Souza, JD 2ª Vara Cível de Itajubá.
Enismar Kelley de Sousa Freitas, JDS que responde por Cristina.	Luiz Fernando Rennó Matos, JD UJESP de Itajubá. Dispensando: Selmo Sila de Souza, JD 2ª Vara Cível de Itajubá.
Willys Vilas Boas, JD 3ª Vara Cível de Itajubá.	Luiz Fernando Rennó Matos, JD UJESP de Itajubá. Dispensando: Selmo Sila de Souza, JD 2ª Vara Cível de Itajubá.
Letícia Drumond, JDS que responde por Brasópolis.	Luiz Fernando Rennó Matos, JD UJESP de Itajubá. Dispensando: Luciene Cristina Marassi Cagnin, JD 1ª Vara Cível de Itajubá.
Luciene Cristina Marassi Cagnin, JD 1ª Vara Cível de Itajubá.	Luiz Fernando Rennó Matos, JD UJESP de Itajubá.
Selmo Sila de Souza, JD 2ª Vara Cível de Itajubá.	Luiz Fernando Rennó Matos, JD UJESP de Itajubá.
Thiago França de Resende, JD Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Itajubá.	Luiz Fernando Rennó Matos, JD UJESP de Itajubá. Dispensando: Luciene Cristina Marassi Cagnin, JD 1ª Vara Cível de Itajubá.

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTES À SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo DENGEP nº 01/2012
Requerida: ATL Engenharia Ltda.
Contrato GECONT/CONTRAT nº 598/2011
Licitação nº 76/2011 - Tomada de Preços

DECISÃO DO PRESIDENTE:

Impõe-se registrar que a empresa teve ampla oportunidade de se defender, tendo lhe sido assegurado, também, o contraditório, estando o procedimento administrativo, portanto, devidamente formalizado.

Nos autos do processo restou sobejamente demonstrado o desinteresse da empresa em contratar com este Tribunal, bem como a inexecução contratual, não tendo apresentado os documentos a que estava obrigada pelo contrato e pela legislação de regência para o início dos trabalhos, a par de tampouco ter motivado ou justificado tal comportamento, apesar das inúmeras oportunidades que lhe foram dadas.

Não há, em virtude disso, como não acatar as sugestões formuladas pela DENGEP, no sentido da rescisão unilateral do contrato, com a aplicação das penalidades de multa e impedimento de contratar com a Administração Pública.

Posto isso, adoto o parecer da DENGEP como razão de decidir e declaro rescindido o Contrato nº 598/2011 firmado com a ATL Engenharia Ltda., aplicando-lhe multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do art. 87, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e cláusula quadragésima sétima, alínea "e" do Contrato nº 598/2011 e de 0,5% (meio por cento), nos termos da alínea "c" da referida cláusula.

Fica a empresa impedida de participar de licitações promovidas por este Tribunal e de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, com fundamento no art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/1993, no art. 6º da Lei nº 13.994/2011 e na cláusula quadragésima segunda, alínea "c", do Contrato nº 598/2011.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2012.

Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa.
Presidente

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

25 de Abril de 2012

Juiz Conciliador: Ramom Tácio de Oliveira

De ordem do MM. Juiz de Direito, Ramom Tácio de Oliveira, da CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO TJMG - CEPREC, ficam intimadas as partes e procuradores a seguir, das decisões e despachos, conforme lista em discriminação (no final desta publicação).

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
25.04.2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 005/2012

Processo: 055/2012

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futuro e eventual fornecimento de elementos de conectividade de rede para compor a estrutura do cinturão digital do TJMG, incluindo a prestação de serviços de instalação, configuração e customização dos mesmos, bem como serviços especializados de suporte técnico e manutenção preventiva e corretiva, durante o período de garantia.

Vigência: de 25.04.2012 a 25.04.2013

Lote 02: AKER CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA.

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no sítio www.tjmg.jus.br link licitações

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Adriana Lage de Faria Navarro
25.04.2012

Contratos (Extratos)

Santa Inês Vidros Ltda - Ct. 119/2012 de 20.04.2012 - Processo: 367/2012 - Objeto: fornecimento e instalação de vidros em diversos prédios do Tribunal. - Vigência: 20.04.2012 a 20.04.2013. - Valor do Ct.: R\$ 6.800,00 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.21 - Material para Manutenção e Reparo de Bens de Domínio Público ou de Terceiros.

Siemens Enterprise Communications - Tecnologia da Informação e Comunicações Corporativas Ltda. - Ct. 157/2012 de 25.04.2012 - Processo: 066/2012 - Objeto: fornecimento e instalação de sistema de tarifação centralizada e seus acessórios, constando de software de tarifação e coletores de bilhetes para diversos prédios do TRIBUNAL - Vigência: 25.04.2012 a 21.11.2012. - Valor do Ct.: R\$ 60.938,07 - Sendo R\$ 15.238,08 na - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.30.16 - Material de Informática, R\$ 17.469,96 na Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.27 - Serviços de Tecnologia da Informação e R\$ 28.230,00 na Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.4.4.90.52.07 - Equipamentos de Informática.

Termos Aditivos - Contratos (Extratos)

Thyssenkrupp Elevadores S.A. - 2ªTA de 13.04.2012 ao Ct. 299/2011 de 15.06.2011. - Objeto: Prorrogação dos prazos de execução e de vigência - Vigência: 13.04.2012 a 09.07.2013. - Valor do termo: Sem alteração.

Thyssenkrupp Elevadores S.A. - 2ªTA de 25.04.2012 ao Ct. 298/2011 de 15.06.2011. - Objeto: Prorrogação dos prazos de execução e de vigência - Vigência: 25.04.2012 a 28.08.2013. - Valor do termo: Sem alteração.

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS. - 4ªTA de 09.04.2012 ao Ct. 339/2011 de 29.07.2011. - Processo: 626/2012 - Objeto: Acréscimo no objeto e no valor - Vigência: 09.04.2012 a 01.08.2012. - Valor do termo: R\$ 32.537,12 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.02 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo.

Plantão Serviços de Vigilância Ltda. - 17ªTA de 26.03.2012 ao Ct. 364/2009 de 09.10.2009. - Objeto: Alteração nos postos de vigilância - Vigência: 26.03.2012 a 13.10.2012. - Valor do termo: Redução de R\$ 1.061,83 - Dotação Orçamentária nº. 1031.02.061.723.4.224.3.3.90.37.02 - Locação de Serviços de Apoio Administrativo